

Igreja Evangélica Luterana do Brasil
Concílios Regionais de Pastores - 2020

Apontamentos sobre o Chamado ao Ministério
Gerson L. Linden

A presidência da IELB solicitou um estudo que tratasse de aspectos práticos relacionados ao chamado para o exercício do ministério pastoral. Este estudo propõe-se a levantar algumas questões para serem debatidas nos concílios regionais de pastores. O propósito é que colegas de ministério, em um ambiente fraterno reflitam sobre questões que dizem respeito ao seu chamado.

Parafraseando o que ouvi de um professor universitário há vários anos, “quando temos dúvidas e questões sobre a nossa prática, é preciso voltar aos elementos básicos que fundamentam esta prática”. Tendo isto em mente, inicialmente trago algumas reflexões teológicas sobre a doutrina do ministério e o chamado ao ofício pastoral. E ao final são levantadas questões para debate em grupos (ou no plenário) dos concílios.

Começamos lembrando alguns textos da Confissão de Augsburg, nos quais à luz das Escrituras, é apresentado o ofício do ministério e suas funções:

CA IV: Da Justificação

Ensina-se também que não podemos alcançar remissão do pecado e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossos, porém que recebemos remissão do pecado e nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé, quando cremos que Cristo padeceu por nós e que por sua causa os pecados nos são perdoados e nos são dadas justiça e vida eterna. Pois Deus quer considerar e atribuir essa fé como justiça diante de si, conforme diz São Paulo em Romanos 3 e 4.

CA V: Do Ofício da Pregação

Para conseguirmos essa fé, instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos, pelos quais, como por meios, dá o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando lhe apraz, naqueles que ouvem o evangelho, o qual ensina que temos, pelos méritos de Cristo, não pelos nossos, um Deus gracioso, se o cremos. Condenam-se os anabatistas e outros que ensinam alcançarmos o Espírito Santo mediante preparação, pensamentos e obras próprias, sem a palavra física do evangelho.

Obs.: É significativo que o artigo V começa sem a característica expressão, que inicia os demais artigos, “Ensina-se também ...”. Isto indica que o artigo sobre o ofício da pregação (Ministério) está diretamente ligado ao artigo da Justificação. Em outras palavras, o ofício do ministério existe em função da salvação dos pecadores, recebida pela fé na obra redentora de Cristo.

CA XIV: DA Ordem Eclesiástica

Da ordem eclesiástica se ensina que sem chamado regular, ninguém deve publicamente ensinar ou pregar ou administrar os sacramentos na igreja.

CA XXVIII, 1-9: Do Poder dos Bispos

Muito se escreveu, em tempos passados, sobre o poder dos bispos, e alguns confundiram, desastrosamente, o poder dos bispos com a espada temporal. Desse baralhamento desordenado resultaram mui grandes guerras, tumultos e rebeliões pelo fato de os bispos, sob o pretexto do poder a eles dado por Cristo, não só haverem instituído novos cultos e onerado as consciências com a reserva de alguns casos e com violentas excomunhões, mas também se haverem atrevido a entronizar e depor, a seu talante, imperadores e reis, abuso que já muito antes de nosso tempo foi censurado por pessoas eruditas e piedosas na cristandade. Por isso os nossos, para consolo das consciências, se viram compelidos a mostrar a diferença entre o poder, espada e autoridade espiritual e a secular, e ensinaram que por causa do mandamento de Deus ambos os regimes e poderes devem ser honrados e estimados, com toda a reverência, como os dois maiores dons de Deus na terra. Os nossos ensinam que, de acordo com o evangelho, o poder das chaves ou dos bispos é o poder e ordem de Deus de pregar o evangelho, remitir e reter pecados e administrar e distribuir os sacramentos. Pois Cristo enviou os apóstolos com esta ordem Jo 20: “Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio. Recebei o Espírito Santo. Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos.” Esse poder das chaves ou dos bispos é praticado e exercido apenas através do ensino e pregação da palavra de Deus e pela administração dos sacramentos a muitos ou a indivíduos, dependendo da vocação que se tiver. Pois com isso se conferem não bens corporais, senão coisas e bens eternos, a saber, justiça eterna, o Espírito Santo e a vida eterna. Não se podem obter esses bens senão pelo ministério da pregação e pela administração dos santos sacramentos. Porque São Paulo diz: “O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.”

Martin Chemnitz, em seu *Enchiridium*¹, expõe de maneira sucinta e clara o que é o ofício dos ministros da igreja:

Este ofício, ou ministério, foi confiado a eles pelo próprio Deus através de um chamado legítimo

I. Para alimentar a igreja de Deus com a verdadeira, pura e saudável doutrina da Palavra divina (At 20.28; Ef 4.11; 1 Pe 5.2);

II. Para administrar e distribuir os sacramentos de Cristo de acordo com sua instituição (Mt 28.19; 1 Co 11.23);

III. Para administrar corretamente o uso das chaves da igreja, ou do reino dos céus, seja por perdoar ou por terer os pecados (Mt 16.19; Jo 20.23) e para cumprir todas estas coisas e todo o ministério (como Paulo diz, 2 Tm 4.5) com base na ordem prescrita, que o próprio Supremo Pastor mesmo deu aos seus ministros em sua Palavra para sua instrução (Mt 28.20).

O pastor como servo de Cristo para a obra do Reino

O texto a seguir foi retirado do escrito de H. J. A. Bouman (traduzido por Gastão Thomé) “A Doutrina do Ministério Segundo Lutero e as Confissões Luteranas”, e traz aspectos significativos para reflexão daqueles a quem foi confiado o santo ofício da pregação da Palavra e administração dos Sacramentos:

¹ Martin Chemnitz, *Ministry, Word, and Sacraments*, traduzido por Luther Poellot, St. Louis, Concordia, 1981, 26. Para esta edição em inglês foram utilizadas as versões em alemão, de 1593, e a versão em latim, de 1603.

Para finalizar, apresento ainda uma série de citações extraídas das Confissões, a fim de indicar quais as aptidões e virtudes que a igreja luterana deseja ver em seus obreiros. Das citações se conclui que o ofício da pregação da igreja é algo sumamente sério, muito especialmente do ponto de vista evangélico, visto tratar-se de bens espirituais, eternos, divinos, e do bem-estar daqueles pelos quais Cristo morreu. Assiste, pois, à igreja todo o direito de exigir dos seus obreiros, pregadores e professores, o melhor dos seus esforços. Deixe-se de lado aí toda levandade e egoísmo. O que a igreja quer são ‘teólogos tementes de Deus, pacíficos e doutos’ (Prefácio, S. 6). Eles devem estar bem fundamentados na doutrina e nas Confissões da igreja. ...

O pregador deve saber que sua atividade profissional, por mais fiel e conscienciosa que seja, é por muitos incompreendida, desprezada e até escarnecida. “Pois onde houver pregadores e cristãos piedosos, estes são tidos perante o mundo como herejes e apóstatas, sim, como malfeitores revoltados e desesperados. Além disso, a Palavra de Deus é ainda vergonhosa e virulentamente perseguida, blasfemada, injuriada, desvirtuada e falsamente interpretada” (CM I, 262). Isto requer alegria verdadeira e inquebrantável ânimo de fé. O pregador não pode ser covarde. Com um destemido espírito testemunhador, deve ele, na qualidade de guia espiritual da comunidade cristã, resistir a todas as dificuldades e perigos. “Também cremos, ensinamos e confessamos que, no tempo de dar testemunho, quando os inimigos da palavra de Deus desejam suprimir a doutrina pura do evangelho, é dever de toda a comunidade de Deus, sim, de cada cristão e, muito especialmente, dos servos da Palavra, como dirigentes da comunidade cristã, de confessarem, pelo poder da palavra de Deus, livre e publicamente, a doutrina e tudo o que se refere à religião, não apenas com palavras, mas também com o exemplo e a ação...” (S. D. X, 10).

Sirva-nos de fecho oportuno o que Lutero disse no fim de seu prefácio ao Catecismo Menor: “Não perde, pois, isto de vista, pastor e pregador. Nosso ofício tornou-se agora algo diferente do que era sob a tirania papal, algo que agora é sério e salutar. Mas isso implica em muita fadiga e trabalho, perigos e tentações, sendo pouca a recompensa e gratidão no mundo. Cristo mesmo, no entanto, quer ser o nosso galardão, caso exercermos nosso ofício com fidelidade. A tanto nos ajude o Pai de todas as misericórdias, a quem seja louvor e gratidão por toda a eternidade, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor. Amém”. (CM, Prefácio, 26 e seg.)

O chamado para o ministério

(O material a seguir está baseado em parte no estudo “Comissionamento e Licenciamento na IELB”, apresentado na congregação de professores do Seminário Concórdia em outubro de 2010, posteriormente encaminhado à CTRE como material de auxílio para o estudo daquela comissão a respeito da temática.)

O “chamado” ao ofício pastoral é um substantivo que denota uma ação: Deus coloca alguém no ofício da pregação. O texto bíblico mostra de diversas formas a realidade do chamado, que não deveria ser confundido com a emissão e recepção de um documento. O documento evidencia (testemunha) por parte da Igreja que Deus está chamando alguém para a proclamação do evangelho e administração dos sacramentos em determinado local ou situação. Alguns textos do NT que tratam do chamado (mesmo não utilizando especificamente o termo) são os seguintes: Mt 28.19,20; Jo 20.21-23; Mt 10.40; At 13.1-3; At 14.21-23; At 20.17,28; Ef 4.11; 1 Co 4.1,2; Rm 10.14,15; 2 Co 5.18-6.3.

O ministério foi confiado à igreja (1 Co 3.21-23) e é exercido através da igreja, por um chamado mediato; mas o ministério não é propriedade da igreja, como se esta pudesse fazer dele o que bem entendesse. Ele pertence a Cristo. É preciso usar com cautela a linguagem de estar o ministro atuando “em nome da congregação”, para não dar a entender que seja ele somente um delegado da congregação. De fato, o ofício das

chaves e, conseqüentemente, a proclamação da mensagem salvadora em Cristo foi dada à igreja, corpo de Cristo. Por isso mesmo, as Confissões Luteranas entendem ser próprio que a igreja escolha, chame e ordene ministros da Palavra (Tratado sobre o Poder e Primado do Papa, 67). Isto, no entanto, não contradiz o fato de que a Escritura aponta o ministro como embaixador do próprio Cristo, agindo por sua ordem, não contra, mas para o bem da igreja de Cristo (Lc 10.16; 2 Co 5.18-20). É preciso dizer também que o ministério (e chamado) também não pertencem ao ministro, como se ele pudesse dispor do ministério como bem lhe aprouvesse. Nem congregação, nem o ministro têm autonomia sobre o ministério (e chamado). Este existe por causa da ordem de Cristo, para a distribuição da palavra e sacramentos, com a finalidade última da salvação dos pecadores.

Correndo o risco de exagerar na análise, parece-me que em algumas polêmicas que se estabelecem entre ministros e congregações uma pergunta recorrente é pelo exercício de autoridade (ou mesmo, de poder): “Quem é que manda?” Esta é a pergunta da lei e, de fato, uma pergunta errada, que pode induzir a que seja-lhe dada uma resposta errada. Lamentavelmente em tais situações, pode ocorrer que afirmações baseadas em textos bíblicos sejam utilizadas de uma forma para a qual não são justificáveis. “O ministro atua por ordem de Cristo” - não deveria ser usado para significar sua autonomia plena em relação à igreja; “o ministério foi entregue à igreja” - não dá fundamento para que a igreja (congregação local, Sínodo, etc.) tenha autonomia para determinar aspectos do ministério que são definidos pela palavra de Deus. Tendo em vista que ministério e igreja não podem ser colocados um contra o outro, pois derivam da obra de Cristo e de seu amor redentor, uma relação de diálogo fraterno precisa ser fomentada. Isto indica que aos invés de apelos a argumentos “pseudoteológicos” (aqueles que buscam provas bíblicas para confirmar um prévio posicionamento humano) muito mais diálogo e empatia deveriam ser exercitados na convivência de pastores e comunidades.

Robert Preus, em seu estudo a respeito da doutrina do chamado², comenta a necessidade do chamado:

E assim, o chamado é necessário. Este é o ponto central da CA XIV... o chamado não é resultado de uma organização humana, mas de ordem divina. Não se segue simplesmente o exemplo das primeiras congregações cristãs, mas uma ordem divina controla o chamado do ministério (Tt 1.5; 1 Tm 2.2). ... A necessidade do chamado divino externo implica em dois importantes pontos doutrinários. O próprio ofício para o qual alguém é chamado é necessário, é um *mandatum Dei*, como Melancton o mostra claramente no Tratado (72), e na Apologia (XIII,12). Segundo, o chamado cria o ofício. Chemnitz diz: “Aquele que entende os fundamentos da doutrina celestial e foi equipado para ensiná-la bem, quando ele oferece seu trabalho a Deus e à igreja, não busca outra coisa senão que Deus, através de um chamado legítimo, declare se, quando e onde quer usar o seu serviço (*ministerium*) na igreja.” Sem chamado, não há ministério. Ninguém deve ir, se Deus não o chamou e enviou. Se não vem um chamado, ninguém deve “forçar a entrada!”.

² “A Doutrina do Chamado nas Confissões e Ortodoxia Luterana”, *Vox Concordiana – Suplemento Teológico* 10/2 (1995), 19-21.

O chamado “divino” – o que especificamente é divino no Chamado ao ministério?

Para considerar que determinada instituição ou evento tenha caráter divino, o princípio básico é reconhecer que Deus é aquele que realiza a ação, mesmo agindo por meio de instrumentos externos. Neste sentido poder-se-ia dizer que a Igreja é “divina”, pois Cristo mesmo a edifica pela ação do seu Espírito. Os sacramentos são “divinos” por serem ordenação divina, através da instituição de Cristo. Neste sentido, o ministério é divino, pois Cristo mesmo o instituiu e atua por meio dele. Como visto no início deste estudo, o artigo V da Confissão de Augsburgo conecta o ofício do ministério ao artigo da justificação pela fé – o ministério existe a fim de que o evangelho seja anunciado para a salvação das pessoas.

Richard H. Warneck, com longa experiência na atividade pastoral em congregações e de ensino na área de Teologia Prática no *Concordia Seminary*, em St. Louis, em seu recente livro sobre Teologia Pastoral³, assim argumenta em favor da linguagem do “chamado divino”:

Em razão de que o chamado ou colocação no ofício pastoral em uma congregação de cristãos acontece pelo Espírito Santo (At 20.28; 13.2-4), e porque o Senhor da Igreja dá homens para o ministério público da Palavra e Sacramentos (Ef 4.11; 1 Co 12.28,29), e quando o apóstolo Paulo atesta sobre sua própria colocação pelo Senhor no ofício no ministério público de pregação do evangelho aos gentios (Ef 3.7,8; Cl 1.24-26), e quando ele atribui seu ministério público à vontade de Deus e através de Jesus Cristo (Rm 1.1; Gl 1.1; Ef 1.1; etc.), e, além disso, quando o apóstolo abertamente vê seu ministério como uma obra pela qual ele se regozija diante de Deus (Rm 15.15-18), e porque o apóstolo vê a continuação deste mesmo ministério público da Palavra e Sacramentos ocorrendo na colocação de presbíteros, ou bispos, ou pastores (At 14.23; Tt 1.5; 2 Tm 2.2), que foram confirmados pela imposição de mãos (1 Tm 4.14; 2 Tm 1.6; cf. 1 Tm 5.22a), (em razão de tudo isto) cremos que quando um homem treinado e qualificado para o ofício pastoral é devidamente examinado, eleito, chamado e ordenado para tal ofício sob deliberações da igreja em oração (At 1.14), tal chamado é de fato um chamado divino e deveria receber o maior respeito tanto pelas congregações como pelos pastores como algo que pertence a Deus (Cl 1.1, 24,25; 1 Ts 5.12,13; Hb 13.7,17).

Assim, sendo o chamado, bem como a ordenação (o ponto de ingresso no ministério público), pode ser qualificado como “divino” pois é o próprio Deus que ordenou que sua palavra fosse proclamada publicamente e os sacramentos administrados e para tanto quer que a igreja prepare, chame e ordene homens para o serviço do ofício público do evangelho. Neste sentido, o chamado preserva o pastor de interesses humanos na proclamação do evangelho e administração dos sacramentos. Ele o autoriza a falar em nome de Cristo, de modo que a palavra que anuncia é a palavra de Cristo e assim deve ser ouvida e crida. No entanto, o aspecto divino do chamado não coloca o pastor em um status espiritual diferenciado em relação aos demais cristãos, nem o autoriza a exercer o ministério com autoritarismo e personalismo (1 Pe 5.1-3). O chamado permite ao pastor que exerça um serviço, sendo servo de Cristo a favor da sua missão, para o bem da sua igreja.

³ Richard H. Warneck, *Pastoral Ministry: Theology and Practice*, St. Louis, Concordia, 2018, 31, n. 34.

Questões para discussão:

Uma observação inicial: Certamente há questões que deveriam ser dirigidas às congregações e suas lideranças, apontando (e mesmo questionando) determinadas práticas em relação aos pastores. No entanto, aqui nos concentramos em questões que tratam especialmente do papel do pastor diante do chamado ao ministério. Apesar de que as questões abaixo nos levarão a tratar de temas delicados, é importante que a discussão seja entendida não sob uma ótica de julgamento, mas de diálogo aberto e de confiança entre os irmãos e colegas no ministério. Entendemos que nos concílios da IELB temos um ambiente propício para tratarmos de tais questões com clareza, honestidade e liberdade. O propósito é de levar-nos a refletir de maneira aberta sobre situações que podem trazer prejuízos ao exercício do ministério e de buscar em conjunto formas de melhor servir ao chamado de nosso amado Salvador Jesus Cristo.

1. Falemos sobre o procedimento do pastor diante do chamado de uma congregação. Levando em conta o ensino bíblico-confessional sobre o ministério e chamado, o que dizer da atitude de alguém “procurar” um chamado, seja por pedir que um conhecido (parente) interceda junto a determinada congregação, ou mesmo ao oferecer-se para uma congregação que está chamando, dispondo-se a receber um salário menor do que o recomendado pela IELB?

2. Temos clareza quanto ao que é o “divino” no chamado? Deve (pode) o pastor usar disto como argumento contra a congregação que lhe coloca questionamentos quanto a sua atuação? Neste sentido, há espaço para diálogo com a congregação (e Igreja distrital e nacional) sobre ser ou não apropriado que o pastor continue em uma congregação diante de situações que parecem sugerir uma mudança?

3. Há aspectos éticos que deveriam ser considerados quando do chamado que uma congregação dirige a um pastor que está atuando em outra? A congregação que chama deveria levar em conta a possível necessidade de determinado pastor continuar onde está e, por isso, não ser chamado? Que papel tem o conselheiro distrital e direção nacional neste tema?

4. Como congregações e pastores ligados a um Sínodo temos por vezes características próprias de um modelo episcopal (com um papel importante atribuído à diretoria nacional), mas em diversas ocasiões acentua-se o aspecto congregacionalista (com a congregação entendida como “independente”). Como estes dois aspectos se evidenciam em situações de chamado de pastor?

5. O que dizer de situações em que o pastor afirma: a IELB tem esta ou aquela posição quanto a determinado assunto, mas eu penso diferente e vou agir conforme a minha convicção?

6. Vivemos um tempo de questionamento à autoridade (não somente às autoridades, mas até mesmo ao princípio da autoridade). Isto também se pode observar na própria Igreja. Há o risco de por vezes aqueles constituídos em cargos em nível nacional ou distrital abusarem da autoridade conferida e agirem de maneira despótica. Por outro lado, também pode ocorrer uma “desconfiança em princípio”, ou seja, elegemos alguém para um cargo, para imediatamente colocar em dúvida a capacidade ou mesmo a idoneidade da pessoa no exercício de suas funções. Isto tem afetado

também o movimento de pastores através de chamados na IELB? Qual o papel da diretoria nacional e do conselheiro distrital por ocasião da emissão e recepção de um chamado?

Uma palavra final

O apóstolo Paulo, que sofreu duramente por causa de seu ministério fiel, traz importante reflexão para os que, assim como ele, foram chamados para o santo ministério da palavra:

Não queremos dar nenhum motivo de escândalo em coisa alguma, para que o ministério não seja censurado. Pelo contrário, em tudo nos recomendamos a nós mesmos como ministros de Deus: na muita paciência, nas aflições, nas privações, nas angústias, nos açoites, nas prisões, nos tumultos, nos trabalhos, nas vigílias, nos jejuns, na pureza, no saber, na paciência, na bondade, no Espírito Santo, no amor não fingido, na palavra da verdade, no poder de Deus; pelas armas da justiça, tanto para atacar como para defender; por honra e por desonra, por infâmia e por boa fama; como enganadores e sendo verdadeiros; como desconhecidos, mas sendo bem-conhecidos; como se estivéssemos morrendo, mas eis que vivemos; como castigados, porém não mortos; como entristecidos, mas sempre alegres; como pobres, mas enriquecendo a muitos; como nada tendo, mas possuindo tudo. (2 Co 6.3-10)

“Sempre alegres”? É isso mesmo? Pode o ministro da palavra, sobre quem pesa tão grande responsabilidade, estar sempre alegre? Sim, a resposta é um enfático “sim”! E esta alegria vai inclusive além das muitas alegrias que o Senhor graciosamente dá aos pastores no exercício do ministério, ao poderem testemunhar coisas muito belas que ocorrem na vida das pessoas por meio da pregação e administração dos sacramentos. Esta alegria que cada pastor (e, sim, cada cristão) pode ter cada dia da vida se baseia no que o próprio Salvador afirmou a seus discípulos, que retornaram de um trabalho missionário, felizes com os bons resultados que puderam constatar, inclusive na ação contra espíritos malignos. Disse o Salvador, palavras que cada pastor hoje precisa ter diante de si: “alegrem-se, não porque os espíritos se submetem a vocês, e sim porque o nome de cada um de vocês está registrado no céu.” (Lc 10.20)

Pastores precisam ser lembrados disto, de que mesmo em meio a angústias, pressões e grande responsabilidade no ministério, podem ser “sempre alegres”. Para tanto, como igreja precisamos também refletir sobre a necessidade de pastores serem pastoreados!

Sempre alegres, sim, porque temos um Salvador gracioso, que nos acolhe e garante: por causa do meu amargo padecimento e morte, teu nome está registrado no céu; e pela minha ressurreição te asseguro que estarás comigo para sempre.

Por isso, estimado irmão e colega, vai em frente no teu ministério, sob a cruz, com confiança em Cristo e na fidelidade a ele. O teu amado Salvador está contigo.